

- REQUERIMENTO** Número / (.ª)
- PERGUNTA** Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Os quatro anos de política de saúde do Governo têm tido um impacto muito negativo na prestação de cuidados de saúde na região de Viseu. Se as cativações orçamentais limitaram o investimento público em infraestruturas e atrasaram as obras de ampliação da Urgência polivalente do Hospital de São Teotónio, as más opções e acordos políticos de esquerda impediram uma resposta de melhor qualidade às doenças do foro oncológico com o adiamento *sine die* da construção do centro oncológico de Viseu.

Há sucessivos casos que nos preocupam e que se têm tornado públicos ao nível da insatisfação dos recursos humanos. São notícias que demonstram um grande descontentamento dos diferentes profissionais de saúde em relação às condições de trabalho e à qualidade da resposta dos diferentes serviços. Ainda há menos de um mês assistimos à demissão de algumas chefias no Serviço de Medicina Interna, sem que para tal houvesse uma palavra do Governo para tranquilizar os utentes e resolver os problemas dos profissionais. De remedeio em remedeio, lá se vai empurrando o Serviço Nacional de Saúde para níveis de duvidosa qualidade de resposta. Pese embora o esforço de profissionais competentes e dedicados, a verdade é que a situação que se vive no Centro Hospitalar Tondela Viseu é humanamente insustentável e politicamente inaceitável.

Agora fomos confrontados com a rutura de mais um Serviço. Segundo responsáveis da ordem dos médicos, a falta de oncologistas e de condições físicas condignas para que os utentes possam receber os tratamentos, no CHTV, colocam em causa a qualidade do Serviço de Oncologia e, para nós, trata-se de mais uma afronta e um desrespeito do Governo para com os utentes do CHTV e para o interior do país.

É incompreensível que se deixe chegar ao limite estas situações. Sabemos que é normal haver dinâmicas que obrigam a alterações na gestão das instituições, o que não compreendemos, nem aceitamos é que o Conselho de Administração e o Governo não respondam com a rapidez e a eficácia que estas situações impõem. Ao que se sabe, este constrangimento era do conhecimento de todos e arrastou-se no tempo sem qualquer justificação. Sabemos também que tudo seria evitável se o Governo não tivesse negligenciado a construção do centro oncológico.

Estas situações, para além de serem uma preocupação, levam à perda de confiança por parte

das populações numa instituição que ainda é uma referência na região e no país. Exige-se, portanto, ao Governo, a sua rápida resolução.

Assim e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicita-se a V. Exa. que diligencie, junto da Senhora Ministra da Saúde, a resposta às seguintes questões:

1. Há quanto tempo se encontra o serviço de oncologia a trabalhar nestas condições?
2. Quando teve o Governo conhecimento e que medidas foram tomadas para ultrapassar os constrangimentos?
3. Segundo o sindicato, a falta de oncologistas não tem permitido a realização de mais primeiras consultas de oncologia, nem aceitar mais utentes para tratamento de quimioterapia, levando, inclusive, à suspensão de cirurgias oncológicas. Que resposta tem garantido o Governo para estas lamentáveis situações?
4. Como referimos, a criação do Centro Oncológico é a resposta para estes constrangimentos. Como e quando vai ser feito e qual a fonte de financiamento prevista pelo Governo para a sua concretização?

Palácio de São Bento, 12 de junho de 2019

Deputado(a)s

PEDRO ALVES(PSD)

ANTÓNIO LEITÃO AMARO(PSD)

INÊS DOMINGOS(PSD)

ANTÓNIO LIMA COSTA(PSD)

ISAURA PEDRO(PSD)